



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005935-62.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Frauscher Sensor Technology Brasil Ltda.**
 Requerido: **Ho Comunicação Visual Eireli**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

FRAUSCHER SENSOR TECHNOLOGY BRASIL LTDA propôs ação de rescisão contratual c/c devolução dos valores em face de **HO COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI (Newart Comunicação Visual)**. Alegou ter celebrado contrato de prestação de serviços junto à requerida em 10/05/2016, para a confecção e instalação de 01 painel em ACM, 01 jogo de letras com 25 peças cada, 03 jogos de led para iluminação e a pintura da fachada do estabelecimento, no valor total de R\$ 10.500,00, a serem pagos com uma entrada no valor de R\$ 3.000,00 e o remanescente após o término do serviço. Informou que em 17/05/2016 efetuou o pagamento da entrada e em 11/07/2016 realizou um adiantamento no valor de R\$ 3.250,00, sendo que a requerida deixou de confeccionar e instalar os painéis adquiridos, descumprindo o contrato. Requereu a rescisão contratual, a devolução dos valores pagos e a condenação ao pagamento correspondente ao dobro do valor pago como adiantamento.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 06/22.

Citada, na pessoa de seu representante legal (fl. 59), a requerida se manteve inerte (fl. 60).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Conquanto regularmente citada, a requerida se manteve inerte e não contestou o feito. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise quanto ao direito da parte requerente, o que deve ser feito já que a revelia não induz, necessariamente, à procedência.

O documento de fl. 19 comprova devidamente a relação jurídica entre as partes, bem como a transação mencionada na inicial.

A requerida teve a oportunidade de se defender, caso a realidade fosse diversa da apresentada pela parte requerente; no entanto, se manteve inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos.

Não houve impugnação quanto ao efetivo pagamento do serviço contratado. Tampouco houve impugnação quanto aos comprovantes juntados às fls. 20/21, sendo o que basta.

Havendo alegação de inadimplemento contratual, competia a ré a prova da efetiva conclusão e entrega dos produtos adquiridos, já que inviável à requerente fazer prova negativa de que o serviço não foi devidamente prestado, o que deixou de fazer.

Por fim, não há que se falar em indenização ou devolução em dobro dos valores cobrados.

Não há nos autos qualquer comprovação da alegada cobrança indevida, e tampouco houve alegação de que a requerida demanda por dívida já paga, hipótese abarcada pelo art. 940, do CC.

Ademais, o simples descumprimento contratual não tem o condão de abalar a honra da pessoa jurídica, capaz de gerar algum tipo de indenização. Trata-se de mero aborrecimento gerado pelo não cumprimento do contrato pela parte adversa, que desencadeia somente prejuízos materiais, não restando caracterizado dano moral.

Dessa forma, diante da revelia e não havendo prova de conclusão dos serviços contratados, a procedência é de rigor.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para declarar a rescisão do contrato de prestação de serviços firmando pelas partes, ficando condenada a ré, ainda, a pagar à parte requerente a quantia de R\$ 6.250,00, acrescida de correção monetária pela tabela prática do TJSP, a partir do pagamento de cada parcela, bem como



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de juros de mora de 1% ao mês, desde a data da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação, atualizado, nos termos do art. 85, §14, do CPC.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 - Trânsito em Julgado às partes - Proc. Em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser fito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 24 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**